

As políticas de ações afirmativas e a luta antirracista em bibliotecas universitárias

Affirmative action policies and the racial justice movement in academic libraries

Camila Evelin Roque

Dyego de Oliveira Arruda

Resumo

As Políticas de Ações Afirmativas (PAAs) perfazem iniciativas que almejam reparar desigualdades historicamente construídas, que surgem com base em processos estruturais de violência e discriminação. Podemos considerar – conforme sugerem Gomes, Silva e Brito (2021) – que a Lei nº 12.711/2012 é um dos exemplos paradigmáticos de PAAs no contexto brasileiro, uma vez que instituiu um amplo sistema de reserva de vagas para acesso de pessoas negras, indígenas, quilombolas e em situação de vulnerabilidade socioeconômica aos cursos das instituições federais de ensino. A presença, na universidade, de grupos que dela foram historicamente excluídos desvelou o modo como o racismo epistêmico se desdobra em espaços acadêmicos, inclusive nas bibliotecas universitárias (BUs). Nesse sentido, partimos da perspectiva de que as bibliotecas representam espaços de memória que, a despeito de estarem atravessadas pela lógica da colonialidade e do racismo, podem, ainda assim, constituir espaços de resistências e reexistências, desde que as vozes de sujeitos historicamente vulnerabilizados ecoem nas práticas que guiam a atuação das BUs. Diante deste contexto, o presente trabalho objetiva analisar as visões que estudantes usuárias/os de políticas públicas de ações afirmativas possuem sobre as BUs, bem como suas demandas para que se sintam acolhidas/os nesses espaços. Em termos metodológicos, a pesquisa apresentou uma abordagem qualitativa, em que foram colhidas histórias de vida e relatos de experiências de quatro estudantes de graduação e/ou pós-graduação que frequentam BUs e são também usuárias/os de PAAs em uma universidade federal brasileira. Em suma, os resultados apontam que as BUs representam espaços fundamentais para a permanência de estudantes usuárias/os de PAAs nas universidades. A despeito de as/os interlocutoras/es da pesquisa destacarem a importância do acervo, há uma demanda para que as BUs constituam espaços atravessados por práticas culturais calcadas na dimensão da oralidade e protagonizadas por mestras/es de saberes populares. Por fim, a pesquisa revelou ainda que as BUs precisam despir-se de barreiras que, em termos subjetivos, impedem que mais pessoas provenientes de grupos vulnerabilizados estejam nesses lugares.

Palavras-chave: bibliotecas universitárias; políticas de ações afirmativas; racismo epistêmico; educação antirracista; permanência estudantil.

Abstract

Affirmative Action Policies (AAPs) comprise initiatives aimed at addressing historically constructed inequalities that arise from structural processes of violence and discrimination. As suggested by Gomes, Silva and Brito (2021), Law nº 12,711/2012 may be regarded as one of the paradigmatic examples of AAPs in the Brazilian



folha de rosto

Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação

Juazeiro do Norte, CE, v. 10, n. especial, 2026. ISSN 2447-0120.

context, as it established a broad system of reserved places for the admission of Black, Indigenous, and Quilombola people, as well as individuals experiencing socioeconomic vulnerability, to programs at federal higher education institutions. The presence at universities of groups that have historically been excluded from these spaces has unveiled the ways in which epistemic racism unfolds within academic settings, including university libraries (ULs). In this regard, we adopt the perspective that libraries constitute spaces of memory which, despite being permeated by the logic of coloniality and racism, may nonetheless become spaces of resistance and re-existence, provided that the voices of historically marginalized subjects resonate through the practices that guide the work of ULs. Therefore, this study aims to analyze the views held by students who benefit from public affirmative action policies regarding ULs, as well as their demands for feeling welcomed and included in these spaces. Methodologically, the study adopted a qualitative approach, drawing on life histories and experiential accounts collected from four undergraduate and/or graduate students who use ULs and are also beneficiaries of AAPs at a Brazilian federal university. Overall, the findings indicate that ULs represent essential spaces for the retention of students who benefit from AAPs at universities. Although the research participants emphasized the importance of library collections, they also expressed a demand for ULs to become spaces permeated by cultural practices grounded in orality and led by masters and practitioners of popular knowledge. Finally, the study further revealed that ULs need to remove barriers that, at a subjective level, prevent more people from historically marginalized groups from occupying and belonging in these spaces.

Keywords: university libraries; affirmative action policies; epistemic racism; anti-racist education; student retention.

1 Aspectos introdutórios

As políticas de ações afirmativas (PAAs), tais como as que foram instituídas em 2012 pela Lei nº 12.711, que criou um sistema de reserva de vagas para acesso de grupos historicamente vulnerabilizados – a exemplo das pessoas negras e indígenas – em cursos técnicos e superiores das instituições federais de ensino, foram responsáveis por tensionar o lugar de protagonismo dos conhecimentos eurocentrados no contexto das práticas de ensino, pesquisa e extensão das universidades públicas brasileiras (Carvalho, 2020).

A presença de mais pessoas negras e indígenas nas universidades públicas, por meio das políticas de cotas com recorte racial, resultou em um processo de questionamento das “tecnologias de poder estabelecidas na sociedade” (Ângelo; Silva; Arruda, 2022, p. 3). Dessa maneira, os conhecimentos, experiências e epistemologias dos terreiros, das ruas, dos quilombos, das aldeias e dos demais espaços de sociabilidades negras e indígenas passaram a ser reivindicados como lentes para se pensar e produzir ciência no Brasil (Rufino, 2019).

De toda forma, a despeito das políticas de ações afirmativas, a estrutura de muitas universidades ainda segue operando a partir dos ditames do racismo epistêmico, que insiste em tomar os saberes eurocentrados como as únicas perspectivas possíveis para se produzir conhecimentos considerados relevantes. No entender de Reis (2020), o racismo epistêmico é uma tecnologia de poder que paralisa e invisibiliza a agência, a intelectualidade e o potencial criativo de pessoas negras e indígenas, que passam a ser sempre vistas, nos

espaços acadêmicos, como aqueles indivíduos que sempre terão o que aprender e nada por proporcionar na relação de ensino-aprendizagem.

Dialogando com Sueli Carneiro (2023), podemos depreender que a reiteração do racismo epistêmico nos ambientes universitários resulta no epistemicídio, ou seja: no completo apagamento das experiências e trajetórias de pessoas negras e indígenas, que têm a sua humanidade arrancada por uma lógica que, em última análise, pretende a (re)produção das assimetrias e desigualdades forjadas pela colonialidade enquanto elemento estruturador da sociedade e da própria concepção hegemônica de ciência.

Convém também nomearmos a prática de memoricídio, conceituado por Sousa e Silva (2025, p. 43) como “o apagamento, destruição ou a reformulação deliberada da memória de um povo, com vistas a enfraquecer sua identidade e sua capacidade de resistência”. Ainda segundo as autorias acima mencionadas, dada a importância da memória para a construção das identidades dos sujeitos, tem-se que um grupo com memória marginalizada poderia equivaler a alguém com amnésia, ou seja, suscetível à manipulação por não saber exatamente quem é. Assim sendo, as bibliotecas – em especial as universitárias –, por constituírem espaços de preservação de memórias, podem desafiar as narrativas hegemônicas na medida em que rememoram a importância e o protagonismo de povos que por muito tempo foram propositalmente esquecidos (Aquino; Santana, 2013).

Convém, então, discutirmos a importância de processos de acolhimento e escuta de estudantes usuárias/os de PAAs que frequentam bibliotecas universitárias, a fim de identificar, com precisão e sensibilidade, as demandas desses grupos. Ademais, é essencial ainda pensar em iniciativas de enegrecimento, indigenização e aquilombamento dos acervos e das práticas didático-pedagógicas das BUs, para que elas sejam efetivamente espaços mais diversos e antirracistas.

Portanto, diante dos aspectos acima sumarizados, questionamos: qual a importância da biblioteca universitária federal na formação de estudantes que utilizam políticas de ações afirmativas? Estarão estes sujeitos sendo acolhidos ao adentrar tais espaços? De que forma enxergam a biblioteca universitária e suas práticas? Como tornar as BUs locais em que os mais diversos sujeitos se sintam acolhidos e livres para transitar, epistêmica e fisicamente?

Partindo das questões de pesquisa delimitadas nos parágrafos anteriores, este artigo tem como objetivo analisar as visões que estudantes usuáries/os de políticas públicas de ações afirmativas têm sobre as BUs, bem como suas demandas para que se sintam acolhidas/os nesses espaços.

Consideramos, na presente investigação, que as ações afirmativas perfazem práticas que estão para além da entrada e permanência, nos ambientes acadêmicos, de estudantes provenientes de grupos sociais subalternizados. Nesse sentido, entendemos que as ações afirmativas se relacionam com processos de (re)estruturação dos currículos, das práticas didático-pedagógicas, bem como das próprias bibliografias que estão nas BUs e que são lidas e debatidas nas universidades, visibilizando as agências e trajetórias dos grupos sociais dissidentes do padrão europeu-branco-masculino-heteronormativo.

Em termos metodológicos, conforme será detalhado nas próximas seções, a pesquisa estruturou-se a partir de relatos e histórias de vida de quatro pessoas negras e indígenas que frequentam BUs e são usuáries de políticas de ações afirmativas.

Dialogamos, neste artigo, com a perspectiva de Grada Kilomba (2019), que defende uma epistemologia que inclua também o subjetivo e o pessoal, se configurando como ação política. Nesse sentido, os nossos relatos não se apresentam como meras histórias pessoais, mas antes anunciam uma vivência e um lugar. Ainda para a autora, “vale lembrar que a teoria está sempre posicionada em algum lugar e é sempre escrita por alguém” e que os discursos de teóricas/os negras/os são frequentemente líricos, pessoais e políticos, capazes de transgredir com a tradição acadêmica e formular um conhecimento emancipatório (Kilomba, 2019, p. 58). Tendo em vista que as reflexões presentes na sequência deste manuscrito são decorrentes também de nossos atravessamentos, importa que nos posicionemos enquanto: a) primeira autora do artigo, mulher negra cis, servidora pública federal, pesquisadora do campo das relações étnico-raciais e bibliotecária em uma universidade pública federal do sudeste brasileiro; e b) coautor, homem branco cis, professor em uma instituição federal de ensino e pesquisador no campo das políticas públicas de ações afirmativas.

Dessa forma, é nesse compromisso com uma ciência engajada e emancipatória que o presente artigo se assenta, visando contribuir para que as BUs efetivamente apresentem práticas antirracistas, afinal, rememorando a citação

de Cesar Mc (2021, [s.p]), “racismo estrutural não se resolve com desculpa”, mas com práticas concretas e efetivas.

Em suma, este artigo está estruturado em cinco seções, para além desta introdução. Na próxima parte, serão apresentadas discussões acerca das políticas de ações afirmativas. Após, na seção seguinte, a biblioteca universitária passa a ser discutida enquanto espaço que carrega contradições e possibilidades. A terceira seção apresenta os procedimentos metodológicos, enquanto a quarta se desdobra a partir dos resultados encontrados na pesquisa. Por fim, a última seção trata das considerações finais que tecemos neste estudo.

2 As políticas de ação afirmativa no contexto brasileiro: implicações para as universidades federais e para a produção do conhecimento

Ao longo da construção da história das instituições brasileiras, dentre as quais estão as universidades públicas, as presenças e as contribuições de pessoas negras e indígenas têm sido historicamente invisibilizadas e até mesmo interditadas, sobretudo em função da lógica do racismo e de suas consequências na subalternização de pessoas que escapam do padrão branco e hegemônico (Bento, 2022).

Como uma forma de correção dessas distorções, surgem as ações afirmativas, que são iniciativas que almejam diminuir ou até mesmo eliminar desigualdades que despontam com base em processos estruturais e reiterados de discriminação e hierarquização social. Dessa forma, as ações afirmativas têm por objetivo:

[...] instituir igualdade de oportunidades e de condições, reconhecimento social e representação política para que todos, independentemente da sua alocação em grupos étnicos, raciais, identitários, de condições físicas ou históricas relativamente desvantajosas, possam ter garantido o princípio da equidade nos processos de construção de uma vida digna, saudável e com perspectivas de um futuro, individual e coletivo, de acordo com os padrões gerais médios satisfatórios de qualquer sociedade (Mattos, 2020, p. 320-321).

Dois exemplos importantes de Políticas de Ações Afirmativas (PAAs) no contexto brasileiro são as Leis nº 12.711/2012 e nº 12.990/2014, esta última recentemente alterada pela Lei nº 15.142/2025 (Brasil, 2012; 2014; 2025). Essas legislações, em linhas gerais, foram fruto de intensas reivindicações pautadas, tanto no debate público quanto em espaços institucionais, pelos movimentos

sociais negros, almejando processos de inserção e visibilidade tanto em contextos acadêmicos quanto no mercado de trabalho, mais precisamente em cargos e funções públicas federais (Grutes; Arruda, 2025).

A Lei nº 12.711/2012 prevê a reserva de 50% das vagas em cursos técnicos e de graduação de instituições federais de ensino para estudantes egressas/os de escolas públicas. Após esse primeiro “recorte”, considera-se a dimensão socioeconômica, reservando vagas para estudantes oriundos de núcleos familiares cuja renda mensal *per capita* não seja superior a 1 salário-mínimo. Então, na sequência, entra a dimensão étnico-racial da política pública, estabelecendo o direito às cotas por parte de pessoas que se autodeclaram pretas, pardas, indígenas, quilombolas, de forma proporcional ao pertencimento étnico-racial da população do Estado em que esteja instalada a instituição de ensino (Brasil, 2012). Dessa forma, a Lei nº 12.711/2012 estabeleceu um sistema de cotas sociorraciais para acesso ao ensino público em instituições federais.

Mais recentemente, em 2023, a Lei nº 12.711 foi complementada por dispositivos presentes na Lei nº 14.723, estendendo a obrigatoriedade da reserva de vagas para pessoas negras, indígenas e quilombolas também em cursos de mestrado e doutorado das instituições federais de ensino (Brasil, 2023).

Já a Lei nº 12.990/2014 surgiu com o propósito de oportunizar o acesso de pessoas negras a cargos na administração pública federal brasileira. Assim sendo, essa legislação – que, *stricto sensu*, perfaz uma lei de cotas raciais, uma vez que leva em conta tão somente este marcador social da diferença – determinou que 20% das vagas oferecidas em concursos públicos federais deveriam ser reservadas às pessoas negras (Brasil, 2014). Mais recentemente, em 2025, esse dispositivo foi alterado pela Lei nº 15.142, que ampliou para 30% a proporção de vagas a serem reservadas com base em critérios étnico-raciais, incluindo também pessoas indígenas e quilombolas enquanto sujeitos de direito dessas medidas (Brasil, 2025).

De acordo com Ângelo, Silva e Arruda (2022), por muito tempo, as universidades no Brasil constituíram locais monopolizados pela elite branca e masculina, cujas subjetividades, interesses e referenciais teórico-epistemológicos foram naturalizados, tal como se constituíssem cânones da ciência e do saber acadêmico. De toda forma, com a criação das PAAs, as populações negras, indígenas e quilombolas passaram a ocupar cada vez mais lugares na graduação e no serviço público federal, tensionando a hegemonia branca nas universidades públicas brasileiras.

Podemos considerar as PAAs como importantes instrumentos de “reforma estrutural no sistema educacional brasileiro”, uma vez que foram responsáveis por ao menos arranhar a estrutura do elitismo característico das universidades brasileiras, contribuindo “para a construção de grupos acadêmicos mais heterogêneos e diversificados bem como uma pluralidade epistêmica” (Alves; Cardone; Moura, 2023, p. 62).

Dialogando com os resultados da pesquisa de Arruda, Coutinho e Santos (2025), percebe-se que as cotas contribuíram decisivamente para uma rápida ampliação da presença de pessoas negras nos cursos das instituições federais de ensino: após seis anos da promulgação da Lei nº 12.711/2012, aumentou em 25,3 pontos percentuais a presença de estudantes negros no ensino superior em instituições federais, de modo que, atualmente, esse público corresponde a aproximadamente metade das pessoas matriculadas nesses estabelecimentos de ensino. Em um país em que, segundo dados do último censo demográfico do IBGE (2022), exatos 55,5% da população corresponde ao grupo social negro, as cotas com recorte racial constituem, de forma inequívoca, estratégias de reparação, tornando mais diversas e representativas as instituições de ensino.

Para além da dimensão do acesso por meio das cotas, faz-se necessário também discutirmos as condições de permanência de pessoas negras, indígenas e quilombolas no contexto da universidade. Por diversas ocasiões, em vivências estabelecidas em uma BU, a primeira autora deste manuscrito, bibliotecária, foi abordada por alunas/os cotistas que se sentiam frustradas/os com a universidade e sua estrutura, que muitas vezes interdita a permanência e existência de seus corpos e subjetividades. Neste sentido, as políticas de permanência estudantil também se configuram enquanto PAAs complementares à dimensão da reserva de vagas, pois fornecem condições para que muitos desses sujeitos se mantenham na universidade e, por conseguinte, obtenham suas titulações almejadas.

É neste cenário, portanto, que propomos pensar as BUs como possíveis instrumentos para uma educação antirracista. As ações afirmativas buscam promover igualdade sociorracial e, embora algumas das PAAs datem do início do século XXI, muitas das bibliotecas ainda não estão preparadas para apoiar e promover a educação antirracista – definida por Farias, Lins e Brião (2021, p. 91) como aquela que defende uma “descolonização do ser e do saber” –, pois se deparam com problemas como epistemicídio e silenciamento sistemático de grupos historicamente vulnerabilizados.

3 As bibliotecas universitárias brasileiras: história, contradições e potências

As bibliotecas brasileiras foram criadas no contexto colonial e consideradas, por muito tempo, como espaços de luxo e acesso restrito, uma vez que foram instituídas, em sua maioria, por ordens religiosas responsáveis pela educação (Baptista, 2023).

A permissão para imprimir materiais escritos ocorreu somente após a fuga da família real portuguesa para o Brasil, em 1808. Até aquele momento, livros e bibliotecas eram raros, pertencentes às ordens religiosas ou a certos profissionais, como advogados, boticários, padres e cirurgiões. Não raro, livros eram usados “como um privilégio, não apenas no sentido econômico ou político, mas cuja posse e leitura se tornara um direito exclusivo de grupos sociais seletos em uma sociedade preponderantemente patriarcal e marginalizadora” (Silveira, 2007, p. 83).

Ainda mais tardia foi a criação das universidades no Brasil, que datam somente do século XX, com a implantação da Universidade do Rio de Janeiro no ano de 1920. Para Carvalho (2020, p. 83), a universidade no Brasil é uma “cópia do formato das universidades europeias, porém, na sua versão mais simplificada”. O autor ressalta que indígenas e negros não foram convidados para discutir o modelo de universidade brasileiro, que foi criado com uma espécie de mentalidade colonizada e a partir de uma elite acadêmica europeia branca, a convite da elite branca brasileira.

A bibliotecária Michele Baptista (2023) aponta que as BUs tiveram suas coleções criadas pelas classes sociais dominantes que possuíam o privilégio e as condições socioeconômicas necessárias para frequentar universidades e bibliotecas. Dessa forma, tais instituições passaram a reproduzir um pensamento eurocêntrico responsável por colocar outros sujeitos à margem.

Estudos como os de Martins, Chaves e Cavati Sobrinho (2022) revelam a fragilidade e carência de acervos em BUs federais brasileiras, onde há baixa representatividade de sujeitos negros. Ao pesquisarem por palavras-chave ligadas à população negra no catálogo da Biblioteca Universitária da Universidade Federal do Ceará, perceberam que menos de 1% da coleção apresenta resultados relacionados à temática, de modo que esta parte ínfima estava quase totalmente concentrada na Biblioteca de Ciências Humanas.

Na perspectiva de Pinto e Mignolo (2015, p. 383), o racismo é epistêmico, traduzindo-se na criação de hierarquias e classificações “de pessoas por outras que controlam a produção do conhecimento científico”, atribuindo credibilidade a essas classificações e estabelecendo “a si mesmas como o padrão”. O desligamento epistêmico é, portanto, fundamental para combater essa forma de pensar. Os autores ainda defendem que a cultura, a informação e o conhecimento são esferas privilegiadas para a dominação econômica e política por certos grupos – notadamente, aqueles que pertencem ao “Atlântico Norte” – e que a dominação de tais aspectos segue “dando mostras de vitalidade e vigor nas universidades, nos museus, teatros e cinemas, nos jornais, nas redes de televisão” (Pinto; Mignolo, 2015, p. 386). A estes espaços de dominação cultural, de informação e de conhecimento, acrescentamos também as bibliotecas universitárias.

A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie nos mostra o que chama de perigo da história única. Para criar essa história única sobre um povo, é necessário ter poder para decidir que histórias serão contadas, como, quando, além do poder para torná-las definitivas. Um dos problemas ligados à história única é que ela cria estereótipos, que são imagens incompletas da realidade. Segundo a autora, “mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna” (Adichie, 2019, p. 22). Por isso, é importante contar outras histórias sobre lugares e povos, de modo que esses relatos constituam experiências humanizadas e empoderadas que ampliarão a visão de mundo de quem as ouve.

4 Procedimentos metodológicos

O apagamento sistemático da história e da contribuição de parcelas significativas da população brasileira é parte remanescente de um projeto de dominação e colonização de sujeitos não-brancos. Entretanto, aqueles que foram esquecidos possuem o direito de serem lembrados e de contar as suas próprias histórias, reivindicando protagonismo e visibilidade (Sousa; Silva, 2025).

As políticas de ações afirmativas no contexto brasileiro representam, nessa perspectiva, uma oportunidade única para incorporarmos as experiências de pessoas negras, indígenas e quilombolas na construção de conhecimento, o que possibilita o diálogo da nossa realidade confluindo com a de outros sujeitos do sul global. Faz-se necessário, portanto, que tenhamos ouvidos atentos para ouvir o que nós, a margem, temos a dizer, a partir de nossa memória, saber e viver.

Essa pesquisa possui fundo teórico e empírico, com abordagem qualitativa e ancorada, em suas bases lógicas de investigação, no método indutivo, segundo Marconi e Lakatos (2010). Não há interesse em criar generalizações objetivas, mas sim desvelar relatos e memórias de experiências de estudantes usuários de PAAs e que frequentam BUs, sublinhando a importância da biblioteca para a permanência destes sujeitos nos espaços acadêmicos.

A abordagem metodológica e analítica escolhida foi história de vida e a entrevista foi utilizada como técnica de coleta de dados. Neste método, ainda que as histórias sejam individuais e particulares, revelam práticas sociais do grupo do qual o sujeito faz parte, bem como caracterizam valores, atitudes e definições de tal grupo. Meihy e Ribeiro (2019) revelam que a história de vida é uma abordagem metodológica que se compromete com a história do subjetivo, especialmente ao valorizar sentimentos, experiências, impressões e sonhos. As entrevistas, dessa forma, contaram com roteiros abertos que objetivaram apenas estimular a conversa, de modo que a pessoa entrevistada escolhia o que e como contar a própria história.

Além disso, o método de história de vida compreende um encontro entre aquela/e que decide narrar a sua história e aquela/e que deseja ouvir, sendo necessário um vínculo de confiança mútua. Não se trata apenas de recolher informações sobre um/a outra/o. A pessoa narradora não é apenas objeto, mas sujeito, que reflete sobre o vivido e tem a chance de recriá-lo. Thelma Spindola e Rosângela S. Santos (2003, p. 121) argumentam que “o pesquisador não confirma a autenticidade dos fatos, pois o importante é o ponto de vista de quem está narrando”. As autoras defendem que “uma narrativa tem uma função descritiva e avaliadora”, porque o sujeito tem a oportunidade de refletir sobre o fato relatado, e cabe à pessoa pesquisadora acreditar no que é narrado (2003, p.121). Para Nogueira *et al.*, esse método transcende a ciência tradicional e possui uma riqueza ímpar porque “mora no plano do que não é verificável” e, ao refletir sobre a própria vivência ao contá-la, “a fala [do sujeito] fica carregada de potência” (2017, p. 470; 479).

As/Os estudantes entrevistadas/os são pessoas que adentraram a universidade devido às PAAs na graduação ou na pós-graduação, ou que necessitam de tais políticas para garantir sua permanência em seus cursos. São sujeitos negros e indígenas que frequentam ou já frequentaram BUs. Todas/os possuem mais de 18 anos.

Duas entrevistas ocorreram na BU, em um local escolhido por garantir a privacidade e por não provocar deslocamentos por parte das/os interlocutoras/es, que são frequentadoras/es do espaço. Entretanto, no momento da terceira e da quarta entrevista, a biblioteca estava fechada devido à greve das/os servidoras/es técnico-administrativas/os em educação, deflagrada em 2026. Dessa forma, a terceira entrevista ocorreu em uma cafeteria e a quarta se deu no *campus* da universidade.

As entrevistas tiveram durações variadas – a mais rápida ocorreu ao longo de 40 minutos e a mais longa por cerca de 3 horas –, conforme disponibilidade das/os interlocutoras/es. Além disso, foram gravadas em áudio e transcritas com auxílio do software “Transcrição instantânea”, da empresa Google. Entretanto, todo o material foi revisado, uma vez que a ferramenta se mostrou imprecisa, especialmente no relato de uma pessoa com sotaque nordestino. Uma breve descrição do perfil das pessoas entrevistadas foi feita no Quadro 1, de modo que os nomes foram alterados para garantir o anonimato das/os participantes da presente investigação.

Quadro 1 – Perfil das pessoas entrevistadas

Nome fictício	Descrição	Políticas de Ações Afirmativas acessadas
André	Homem cis negro, 36 anos	Cotas – Pós-graduação Políticas de permanência estudantil – Auxílio financeiro, bandeirão, biblioteca
Manuel	Homem cis negro, 38 anos	Cotas – Pós-graduação Políticas de permanência estudantil – Auxílio financeiro, moradia, biblioteca
Laudelina	Mulher cis negra, 46 anos	Cotas – Graduação Políticas de permanência estudantil – Auxílio financeiro, biblioteca
Marçal	Pessoa afro-indígena não binária, 19 anos	Políticas de permanência estudantil – Auxílio financeiro, bandeirão

Fonte: Elaborado pelas pessoas autoras (2026).

Após a transcrição, o conteúdo foi segmentado em quatro eixos temáticos que emergiram dos próprios relatos, conforme será apresentado a seguir. A presente pesquisa foi submetida e aprovada por Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e recebeu o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) de número 92039625.6.0000.9047.

5 Resultados e discussão

As histórias de vida colhidas no âmbito da presente pesquisa mostram que são diversas as pessoas que se valem dos serviços das BUs. Em suma, tratam-se de sujeitos singulares, cada qual com suas experiências, olhares e inquietações. Os fragmentos apresentados a seguir são parte dos resultados da dissertação de mestrado da primeira autora deste artigo. Os relatos foram segmentados e esquematizados em quatro temáticas que foram recorrentes nas entrevistas: vivências, interdições e colonialidade, acervo e, por último, oralidade e ação cultural.

5.1 Vivências

A história de Laudelina é a de uma mulher que não teve acesso a bibliotecas em outros momentos de sua vida, somente ao adentrar a universidade. Se sentiu perdida no primeiro contato com o espaço, conforme é possível depreender do trecho abaixo compilado:

Laudelina: [...] Só que, assim, eu tinha um pouco, meio de... coisa assim, para entrar na biblioteca, meio assim... [...] E... assim, eu nunca tive acesso... eu fui ter acesso à biblioteca já dentro da [nome da universidade].

Ao contrário da história de Laudelina, os interlocutores Manuel, Marçal e André acessaram bibliotecas quando ainda eram crianças. Ainda assim, também apresentam relatos de apreensão no primeiro contato:

Manuel: [...] Eu lembro de entrar nessa biblioteca e eu falei assim: “Será que a gente pode entrar?” [...] “Meu Deus, alguém vai brigar!”

Marçal: [...] Eu sei lá, eu acho que o... o... negócio de ser uma biblioteca acadêmica, tá ligado? Dá outro... outro quê pras coisas, entendeu? [...] As bibliotecas, elas sempre foram um espaço muito de acolhida, assim, entendeu? E eu acho que na Biblioteca da [nome da universidade] não sinto exatamente isso, justamente por esse quesito de, tipo assim... É pra estudar, e ponto.

O relato de André, comparativamente ao das outras pessoas entrevistadas, diverge, pois ele se sentiu empolgado ao conhecer um espaço com novas regras e direitos. Em suma, André sente que a biblioteca é seu “espaço de trabalho” e teve muitas dificuldades de concentração durante a pandemia, momento em que o ambiente da BU permaneceu fechado:

André: [...] como cientista, aqui é o meu... ambiente de trabalho. É como se fosse meu escritório, tá entendendo? Então, assim, foi difícil [*ao longo da pandemia, quando a BU ficou fechada*] porque eu tinha que ter muita disciplina.

Manuel e André utilizavam a biblioteca diariamente. Manuel relata que sentia medo de não ter um bom desempenho nas disciplinas da graduação e que a biblioteca representava uma espécie de refúgio, onde era possível sonhar em se formar. Diz que a biblioteca criou possíveis:

Manuel: A biblioteca no meio desses “nãos”, dessa impossibilidade de bolsas às vezes... as ameaças de corte aqui, ali... A biblioteca todos os dias dizia sim pra mim. [...] Eu sempre entrei aqui com essa possibilidade de: “sim, ah eu vou me formar!” Eu olho um horizonte, assim, bonito... de árvores... e esses livros... e o espaço sempre me dizendo que eu iria conseguir. Porque quando eu entrei, depois fiquei meio assim: “será que eu vou conseguir? Será que... Essas disciplinas... Essas coisas difíceis... Esses... Mas aqui... as histórias que eu li aqui dentro... a biblioteca foi fundamental para esse “sim”, para essa persistência.

André: Então, assim, ela [*a biblioteca da universidade*] tem muito impacto. Desde criança eu uso a biblioteca, não é tipo... não é coisa de hoje, é desde sempre mesmo. Eu sempre tive essa relação boa porque é um lugar de curiosidade também, é um lugar de imaginar. [...] Ver o mundo de possibilidades... [...] Então sempre eu gostei desse lugar porque era nesse lugar que eu conseguia também, de alguma forma, esquecer todos os problemas que eu passei na minha vida, todas essas coisas difíceis... né?

Sobre serviços utilizados, destacam o uso do espaço – que oferece conforto térmico, água, acervo e tranquilidade – e o caráter democrático da biblioteca:

André: [...] E principalmente para nós cotistas, que às vezes não temos acesso, não temos recurso a... a um computador. Não tem como comprar um livro... Então, assim, já imaginou se não tem essa biblioteca? Muitos de nós aqui, eu sou um dos que precisa desse espaço, tá entendendo? Então, assim, o papel dela é exatamente esse, é te dar um suporte, de estrutura mesmo, falando no sentido de ter um computador, um lugar com ar-condicionado, uma cadeira boa, um espaço silencioso.

Marçal: Eu acho que ali dentro você vai encontrar obras que você não encontraria tão facilmente, você não teria tanto acesso. [...] Então, eu acho que tem muito isso. Tipo assim, democratiza o acesso, sabe? É... Democratiza o acesso tanto ao que se absorve quanto ao que se produz.

Marçal não frequenta atualmente a biblioteca da universidade de maneira assídua. Conta que estuda no período noturno e que sempre chega na faculdade no horário da aula. Além disso, aponta que o prédio da biblioteca se situa distante dos demais e não se sente confortável para ocupar o espaço, como será discutido na subseção a seguir.

5.2 Interdições e colonialidade

As bibliotecas são espaços historicamente ligados a uma ideia de erudição, “onde o conhecimento é frequentemente definido como culto, civilizado e letrado” (Laurindo, 2025, p. 67). Mesmo que existam esforços contrários a essa lógica, as estruturas que moldam tais instituições ainda reforçam desigualdades sociais e raciais.

O acesso à memória e à informação é um “direito social e humano de todos os brasileiros” (Cardoso, 2015, p. 23). Entretanto, a escravidão da população negra gera danos psicossociais até os dias de hoje e faz com que estes sujeitos se sintam “sem direitos” e com trânsito negado em diversas esferas de protagonismo, poder e agência (Cardoso; Araujo; Souza, 2022).

Ao entrar pela primeira vez na biblioteca universitária, o interlocutor Manuel relata que esperava que alguém fosse xingá-lo ou corrigi-lo, devido a um imaginário corrente de que aquele é um lugar proibitivo:

Manuel: [...] porque ela tem cara de biblioteca, né? No sentido que vai aparecer alguém. Vai aparecer uma senhora, muito rude, que vai gritar com a gente se a gente pegar um livro errado. [...] De alguém que vai brigar com a gente, alguém... Desses traumas que eu carrego [...].

Marçal traz relatos similares ao medo enfrentado por Manuel, pois considera a biblioteca universitária distinta de todas as demais que frequentou:

Marçal: [...] eu achei muito diferente das outras bibliotecas que eu já tinha frequentado, e por vários motivos. Um, pelo acesso... prévio, assim. Tipo, tem aquela separação das mesas. E aí, depois, tem os livros, tá ligado? E aí... aquela triagem para entrar e tudo mais. [...] Que eu sabia que tinha uma biblioteca, mas eu imaginava que era, tipo assim, uma biblioteca [ênfase]... e não uma biblioteca somente acadêmica.

[...] É, eu não cheguei a usar os computadores da biblioteca. Não cheguei. Por causa disso, porque eu não sei como é que funciona para ir lá e usar, entendeu? Porque eu não sei... Eu acho que deve ter muito a ver com isso, esse negócio sobre a questão do acolhimento, esse negócio daquele

balcãozinho, tá ligado? [...] E aí, eu acho que eu vou ter que passar pelo balcão para eu poder ir lá no computador, aí eu acho que isso é um trampo do caramba, eu não quero interagir, aí eu vou lá e não faço.

Dissertando sobre o uso do termo triagem, Marçal associa o balcão a uma espécie de “filtro” sobre o que a pessoa vai fazer no espaço. Questiona o uso do sensor antifurto da biblioteca, que acredita ser um “detector de metal”, associando-o a experiências anteriores em lojas de departamentos:

Marçal: [...] É, eu acho que intimida um pouco. Eu acho que intimida até porque, tipo assim... É... por exemplo, o babado da *[nome de uma grande loja de departamentos]*. Eu sempre dou esse exemplo da *[nome da loja]*. Entendeu? Você vai, você entra na *[nome da loja]*, e aí você não pode entrar com bolsa, você não pode entrar com uma sacola, você tem que fechar a sacola com sete nós, pra ninguém pensar que você tá roubando lá dentro. E aí quando você passa, você entra, você compra, você tem que guardar a notinha porque senão vão perguntar se você roubou. Aí quando você vai, passa, ainda tem a possibilidade de apitarem aquele treco *[menção a um sistema de alarme]* pra você. Mesmo se você não tiver pegado nada, tá ligado? Então, tipo assim, eu acho que me lembra essa situação.

Manuel e André questionam a rigidez do ambiente. Para eles, talvez fosse possível quebrar algumas regras, fazer com que as BUs fossem mais dinâmicas e “barulhentas”, afinal, conforme sublinha Manuel, a biblioteca da universidade “[...] é um espaço em que o silêncio é uma lei, né? As pessoas não podem ser...”

Gomes (2025, p. 13) revela que a entrada de estudantes cotistas trouxe à tona conflitos com a estrutura marcadamente racista, classista e sexista presente na universidade. Porém, a autora faz um apelo para que as universidades sejam diversas e verdadeiramente acolhedoras, “com condições estruturais, políticas, curriculares, científicas, pedagógicas e humanas adequadas para que todos se sintam pertencentes”. Cardoso, Araujo e Souza (2022) concordam com Gomes (2025) ao argumentarem que:

as políticas de acesso promoveram uma mudança no perfil dos jovens que ingressam na educação superior, mas não promoveram mudanças na cultura acadêmica, no currículo, nos aspectos que serão determinantes à permanência e ao êxito ou fracasso desses(as) acadêmicos(as) (Cardoso; Araujo; Souza, 2022, p. 83).

Faz-se necessário, portanto, um conjunto maior de debates sobre as condições de permanência dos mais variados sujeitos no contexto da universidade,

considerando, em especial, aquelas/es cuja presença foi por muito tempo negada nos círculos “tradicionais” da produção do conhecimento acadêmico.

5.3 Acervo

É possível perceber que a implementação das PAAs nas universidades traz à tona a necessidade de ampliar as discussões acerca das mudanças engendradas pela maior presença de grupos marginalizados nas universidades federais e, em especial, nas BUs. Gomes (2025, p. 11) argumenta que as cotas, por exemplo, vêm transformando a universidade, uma vez que introduziram “novos sujeitos, novos saberes e formas plurais de produzir ciência”.

Dessa forma, novas demandas informacionais foram criadas, uma vez que essas estão diretamente relacionadas com o momento vivido e com as transformações experienciadas pela sociedade (Ribeiro; Almeida Junior, 2021).

No caso específico desta pesquisa, as/os interlocutoras/es manifestaram certo contentamento com o acervo. André e Manuel pesquisam temas que indiretamente se relacionam com a questão racial, mas este não parece ser seu enfoque principal. André conta que utiliza muito do conteúdo disponibilizado em bases de dados digitais assinadas pela biblioteca, mas que isso foi um desafio durante a pandemia, quando se viu obrigado a se adaptar ao uso das tecnologias de informação e à falta do espaço físico da biblioteca:

André: Isso daí foi ruim, né, pra mim, porque a minha percepção de pesquisa era exatamente esse lugar, de estar em um ambiente, trocando ideia, com livro, com tudo. E aí eu estava sozinho, no meio digital, eu não tinha experiência de fazer pesquisas de forma digital, assim, não sabia, eu não tinha [...].

Para Manuel, o acervo foi suficiente para atender suas demandas de estudos, pois na biblioteca encontra “os melhores pesquisadores do mundo”. Considera que a biblioteca foi fundamental para sua formação e que acolheu, em linhas gerais, as suas necessidades. Relata que as/os funcionárias/os muitas vezes o consultavam pedindo indicações sobre o que o acervo precisava contemplar, para atender melhor ao curso de Manuel.

Laudelina, por seu turno, escreveu seu trabalho de conclusão de curso sobre temática associada à população negra e conta que encontrou conteúdo em

outras bibliotecas da mesma universidade¹. Inicialmente não sabia que poderia utilizá-las, mas demonstra que o conhecimento adquirido nesses processos de consulta aos vários acervos da universidade a ajudou a concluir seu trabalho.

Já Marçal tem uma relação ambígua com a BU. Embora sinta que a instituição é pouco acolhedora, se sentiu encantado com o acervo. Marçal se interessa por livros de temática étnico-racial e diz ter se surpreendido ao encontrar disponíveis autorias como Djamila Ribeiro, Chimamanda Ngozi Adichie e Ailton Krenak, enquanto esperava se deparar somente com Gilberto Freyre². Gosta de pesquisar coisas por conta própria, ler aquilo que lhe chama atenção, não somente em resposta às demandas da faculdade e leituras propostas por professoras/es. Neste sentido, destaca que encontrou muitos livros interessantes na biblioteca, inclusive um dicionário Português-Maxakali, etnia a qual pertence:

Marçal: Lá dentro! E aí, tipo assim, eu nem sabia que existia um livro assim, sabe? Primeiramente. E depois eu achei, tipo assim, muito interessante que ele estivesse ali. Entendeu? Não só simplesmente de ele [o livro] existir, mas que ele estava dentro da biblioteca da universidade! [...] Tipo assim, me encantou pra caramba, sabe? [...] pô, o meu corpo, o meu povo, ele é... percebido ali dentro, tá ligado? Ele, tipo, ele existe ali dentro, sabe? Um pouquinho do Maxakali tá ali dentro, entendeu? Então eu achei isso muito da hora, sabe? Fiquei muito feliz.

Apesar de Marçal parecer não se identificar muito com a BU, como exposto em diversas falas anteriores do interlocutor, ainda assim se sentiu encantado ao se sentir “percebido” ali dentro, ao notar que “um pouquinho do Maxakali tá ali dentro”. A fala de Marçal revela a importância de que novas histórias sejam contadas sobre os mais diversos povos e que tais histórias estejam presentes na biblioteca, a fim de que sejam ouvidas por outras pessoas para combater estereótipos racistas e, portanto, reducionistas.

5.4 Oralidade e ação cultural

As BUs se configuram como espaços privilegiados para a descolonização do ser e do saber, uma vez que podem democratizar o acesso a informações diversas, possuindo potencialidades que muitas vezes são desconhecidas por seus usuários. A ação cultural, neste sentido, pode servir como estímulo para que este

¹ A universidade em questão possui mais de uma biblioteca universitária, cada qual com suas áreas temáticas de abrangência. Entretanto, todas atendem estudantes de todos os cursos de graduação e pós-graduação.

² Autor do livro “Casa-grande, senzala”, conhecido por difundir a ideia de democracia racial no Brasil.

local seja percebido como espaço cultural, bem como para a formação discente. Está associada à ideia de transformação, de criação, de expressão e de emancipação de uma comunidade. A biblioteca pode ser, dessa forma, um ponto de partida para uma ação cultural, provocando e instigando os sujeitos (Almeida, 1987).

As/Os interlocutoras/es da presente pesquisa destacam a importância de mais eventos para que as pessoas passem a ocupar a biblioteca:

Marçal: Eu acho que poderia ter alguma coisa que fizesse com que os alunos ocupassem mais aquele espaço. Então, tipo assim, é... às vezes, eventos que não tem necessariamente a ver diretamente com literatura, diretamente com leitura, mas que fazem com que as pessoas enxerguem aquele espaço, que vejam aquele espaço. [...] Que sintam que podem ocupar aquele espaço.

André: Porque eu acho que, sim, que... manter tradições é importante, mas a gente também muitas vezes tem que ser um pouquinho vanguardista, assim [...].

Manuel: Então funciona, porque a biblioteca não tem a ver com leitura somente, né? Porque a leitura, insisto, ela tem a ver com muitas coisas, inclusive com a música, com a pintura, com saberes... Então trazer... é... mestres populares, né? A biblioteca tem a ver com saber, com cultura, com uma série de coisas. [...] O livro pode ser um lugar ao qual a pessoa vai chegar, ou ela vai partir dele. Porque o livro funciona então como esse trampolim também, né? Então ele funciona como muitos lugares, assim. [...] Então, falando concretamente: sarau, palestra com professores, professoras, escritoras, pessoas que escrevem, enfim. Exposições, eventos musicais [...] Nesse sentido... visitas! Visitas, acervos. [...] Conversa com o autor. Aulas! Aulas abertas à comunidade, enfim. Oficina, curso [...].

A presença de mestras/es populares no espaço também é defendida por Carvalho (2020), que sugere a criação de cotas epistêmicas nas universidades. Dessa forma, para além das cotas raciais para discentes, as cotas epistêmicas consistiriam na contratação de mestras e mestres de povos tradicionais enquanto professoras/es universitários. Neste tipo de iniciativa, mestras e mestres possuiriam a mesma posição que as/os demais docentes, colaborando para mudanças dos currículos universitários colonizados. Nas palavras de Carvalho, “não há mais razão para que a oralidade permaneça de fora da universidade” (2020, p. 95).

O livro é um “objeto ocidental carregado de colonialidade”, falsamente neutro, que opera dentro de estruturas de violência que deslegitimam o conhecimento de sujeitos-territórios ao normalizarem e conferirem estatuto de universalidade à produção intelectual de um grupo restrito de pessoas (Carnevalli *et al.*, 2023, p. 350). Para Manuel, o objeto livro é excludente, mas a biblioteca é democrática:

Manuel: [...] E insisto, e não só ler, mas a cultura, o saber, em que essas pessoas se encontram com essas coisas. Que a biblioteca é o principal lugar para isso porque ela não... lá na porta ela não pergunta qual é a minha classe social e dependendo disso ela me vai me impedir. O livro faz isso, né? O livro vem traduzido ainda em outra língua... A gente entra na Livraria [*nome de uma livraria famosa*], uma boa livraria, pra dar um nome. Tem muito livro lá que tá em outra língua, né? Tem uma série de... O preço. O valor das suas... Ó, eu, na semana passada tive essa experiência aqui. O Sebastião Salgado, né? Um fotógrafo importante, brasileiro... Eu consultei o “Êxodos” dele. Tá aqui, esse livro tá esgotado. E se ele tiver numa livraria, esse livro é caríssimo! Ele tá aqui, disponível. E eu pude consultá-lo!

Marçal destaca também o potencial de a biblioteca se tornar um lugar de encontro. Comenta que o Coletivo de Estudantes Indígenas (CEI) está sem sede, mas que a biblioteca não é percebida como um possível local acolhedor:

Marçal: Eu sei que é uma biblioteca e é um espaço de estudo. Mas, talvez, se tivesse algum espaço onde os alunos pudessem se reunir, tipo assim, trocar ideia, eu acho que isso também é válido, sabe? Porque, tipo... [*fala sussurrando*] você ter que ficar em silêncio, quietinho, parado... [*volta a falar normalmente*]. Isso é muito... sabe?

Por fim, o antropólogo Gersem Baniwa (2019, p. 39) chama atenção para que a entrada de discentes indígenas (aos quais acrescentamos também todo e qualquer grupamento de estudantes que não se encaixe no perfil normativo da branquitude) deve ser acompanhada por mudanças na estrutura do pensamento, para que estes sujeitos não sigam sendo colonizados dentro da universidade. Essa estrutura é responsável, muitas vezes, por hierarquizar os saberes em escalas que vão do civilizado (europeu, branco, masculino, heteronormativo) ao selvagem (negras/os, indígenas, pessoas de gêneros e sexualidades distintos do masculino e hétero). É dessa hierarquia que surge o racismo, embebido de um pretenso traço científico. Assim sendo, talvez as ações em BUs, se isoladas, continuem sendo ações exteriorizadas e tímidas, porém, longe de serem irrelevantes. Ressaltamos, no entanto, a necessidade de pensar toda a

universidade e todos os seus espaços em uma perspectiva de contracolônização e de decolonialidade.

6 Considerações finais

As BUs evoluíram e se adaptaram ao longo do tempo, especialmente no que diz respeito ao seu papel social. São capazes de romper paradigmas coloniais ao se apresentarem como espaços abertos, de acesso gratuito, que oferecem segurança e inclusão para todos os seus usuários.

Urge pensarmos uma biblioteca acolhedora para os mais diversos sujeitos, especialmente aqueles que passaram a frequentar a universidade em razão das políticas de ações afirmativas. Estes sujeitos muitas vezes carregam em seus corpos traumas e interdições coloniais. Desta forma, serviços e produtos contra/decoloniais devem ser pensados, a fim de abalar as estruturas que sustentam o racismo epistêmico, o epistemicídio e o memoricídio.

Ainda que o objetivo deste trabalho fosse conhecer a visão que estudantes usuários de políticas de ações afirmativas possuem sobre as bibliotecas universitárias e que não seja possível fazer generalizações, os achados desta pesquisa parecem indicar alguns caminhos que as bibliotecas podem seguir para que se tornem espaços contra/decoloniais.

Nesta perspectiva, ações contra/decoloniais em bibliotecas universitárias contemplam o desenvolvimento de acervos plurais, com a presença de autorias negras, indígenas e quilombolas, e feito com criticidade, com tipologias diversas, o que possibilitaria também o desenvolvimento de novos temas de pesquisa e o surgimento de novos cânones localizados fora do padrão eurocêntrico e hegemônico. Há potencial também para que surjam novos produtos e serviços nas BUs que valorizem a oralidade enquanto forma de transmissão de conhecimento tanto quanto a escrita.

Práticas político-pedagógicas que visem a dar voz às comunidades que são tradicionalmente postas à margem da academia também se configuram como ações contra/decoloniais. A presença de mestras e mestres dos mais diversos saberes, bem como parcerias com coletivos e com a comunidade local, influem no processo de ocupação do espaço universitário. Reconhecer o direito que as pessoas têm de serem sujeitos produtores de conhecimento e não meros objetos de estudo da academia é posicionar a biblioteca de maneira crítica e democrática, como defendido pelo educador Paulo Freire (2011).

Ações contra/decoloniais promovem o protagonismo das/os usuárias/os, para que estes se apropriem verdadeiramente da biblioteca universitária. É visceral compreender que as bibliotecas são espaços em disputa, assim como o próprio conhecimento que difundem e preservam. Bibliotecas são organismos vivos e em crescimento e que não devem se contentar em replicar as estruturas racistas, patriarcais, heteronormativas, capitalistas e eurocêntricas do sistema-mundo em que vivemos. Importa que novos agentes sejam chamados à cena, transformando os acervos e práticas socioeducativas.

Por fim, ações contra/decoloniais em bibliotecas universitárias contemplam a defesa ao acesso à biblioteca como um direito da/o usuária/o, sem que sejam interpostas quaisquer formas de barreiras, sejam elas visíveis ou invisíveis. Os espaços podem ser ocupados com várias visões de mundo que nos permitam imaginar outras realidades possíveis, que possibilitem a circulação e o pertencimento – geográfico e epistemológico – de sujeitos localizados no Sul.

Referências

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 62 p.

ALMEIDA, M. C. B. A ação cultural do bibliotecário: grandezas de um papel e limitações da prática. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 20, n. 1-4, p. 31-38, jan./dez. 1987. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000770988>. Acesso em: 25 jun. 2026.

ALVES, F. A. C.; CARDONE, R. K.; MOURA, A. P. S. Análise da produção científica de discentes cotistas do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. **Folha de rosto: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Juazeiro do Norte, v. 9, n. 2, p. 55-88, maio/ago. 2023. DOI: [10.56837/fr.2023.v9.n2.977](https://doi.org/10.56837/fr.2023.v9.n2.977). Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/253814>. Acesso em: 25 jun. 2026.

ÂNGELO, C. A. P. S.; SILVA, L. G.; ARRUDA, D. O. Trabalhadoras negras e o letramento racial crítico na universidade: um olhar a partir da UFMG. **Revista Docência no Ensino Superior**, Belo Horizonte, v.12, p. 1-18, 2022. DOI: [10.35699/2237-5864.2022.39519](https://doi.org/10.35699/2237-5864.2022.39519). Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rdes/article/view/39519>. Acesso em: 25 jun. 2026.

ANTES que a bala perdida me ache. Compositor: Cesar Mc e Emicida. Intérpretes: Cesar Mc, Emicida e Jaddy. Produção Musical: Tibery, Felipe Artioli e Nave. *In.*: **DAI a Cesar o que é de Cesar**. Intérprete: Cesar Mc. Pineapple Storm Records: [s.l.], 2021. 1 álbum sonoro digital, faixa 5 (4 min).

AQUINO, M. A.; SANTANA, V. A. Práticas de organização e representação da informação étnico-racial em bibliotecas universitárias: necessidade de preservação da memória de negros. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 6, n. 2, p. 17-36,

ago./dez. 2013. DOI: [10.26512/rici.v6.n2.2013.1780](https://doi.org/10.26512/rici.v6.n2.2013.1780). Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/73160>. Acesso em: 27 jun. 2026.

ARRUDA, D. O.; COUTINHO, G. S.; SANTOS, C. O. Um panorama da política de cotas e da presença de pessoas negras nos cursos de graduação no Brasil. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 142-159, 2025. DOI: [10.5102/rbpp.v15i1.8700](https://doi.org/10.5102/rbpp.v15i1.8700). Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/8700>. Acesso em: 25 jun. 2026.

BANIWA, G. L. Antropologia colonial no caminho da antropologia indígena. **Novos Olhares Sociais**, Cachoeira, v. 2, n. 1, p. 22-40, 2019. Disponível em: <https://share.google/WT1zXg2QKuQTLdCxs>. Acesso em: 25 jun. 2026.

BAPTISTA, M. M. A decolonialidade no campo da Biblioteconomia: a intersecção com a biblioteca universitária. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 28, p.1-17, 2023. DOI: [10.5007/1518-2924.2023.e91389](https://doi.org/10.5007/1518-2924.2023.e91389). Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/226823>. Acesso em: 25 jun. 2026.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Planalto, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 25 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.990**, de 9 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal e dá outras providências. Brasília: Planalto, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm. Acesso em: 25 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.723**, de 13 de novembro de 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 e dá outras providências. Brasília: Planalto, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm. Acesso em: 27 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 15.142**, de 3 de junho de 2025. Reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal e dá outras providências. Brasília: Planalto, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15142.htm. Acesso em 25 jun. 2026.

CARDOSO, C. S. N.; ARAUJO, M. C.; SOUZA, A. A. S. L. O dualismo político de igualdades raciais na educação: das cotas e do engodo meritocrático para população negra. **Revista Escritas do Tempo**, Marabá, v. 4, n. 10, p. 71-85, jan./abr. 2022. DOI: [10.47694/issn.2674-](https://doi.org/10.47694/issn.2674-)

7758.v4.i10.2022.7185. Disponível em: <https://share.google/eOHPLGUgQGwIYGdRO>. Acesso em: 25 jun. 2026.

CARDOSO, F. **O negro na biblioteca**: mediação da informação para construção da identidade negra. Curitiba: CRV, 2015. 114p.

CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARNEVALLI, F. et al. Escutas-escritas (e vice-versa). In.: CARNEVALLI, F. et al. (org.). **Terra**: antologia afro-indígena. São Paulo: Ubu; Belo Horizonte: PISEAGRAMA, 2023. p. 345-354.

CARVALHO, J. J. Encontro de Saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In.: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 79-106.

FARIAS, C. C. G; LINS, M. R. F; BRIÃO, G. F. Educação antirracista: um convite à insubordinação criativa. **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 88-110, jan./abr. 2021. DOI: [10.26843/ae19828632v14n12021p88a110](https://doi.org/10.26843/ae19828632v14n12021p88a110). Disponível em: <https://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/1018>. Acesso em 25 jun. 2026.

FREIRE, P. Alfabetizando de adultos e bibliotecas populares: uma introdução. In.: FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Letramento racial aplicado ao setor público**. Conteudistas Josiane Oliveira e Taís de Sant'Anna Machado. Brasília: ENAP, 2025.

GOMES, N. L. Prefácio. In.: CAMPOS, L. A.; LIMA, M. (orgs.). **O impacto das cotas**: duas décadas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2025. p. 9-13.

GOMES, N. L.; SILVA, P. V. B.; BRITO, J. E. Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, p. 1-14, 2021. DOI: [10.1590/ES.258226](https://doi.org/10.1590/ES.258226). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3PyCNZ5FhDNjjchnPBGKhJw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jun. 2026.

GRUTES, N. V.; ARRUDA, D. O. A luta da população negra por direitos: dos movimentos sociais às políticas de cotas no contexto brasileiro. **Revista Homem, Espaço e Tempo**, n. 19, v. 2, p. 1-22, 2025. Disponível em: <https://rhet.uvanet.br/index.php/rhet/article/view/681>. Acesso em: 27 jun. 2026.

IBGE. **Conheça o Brasil**: população: cor ou raça. 2022. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 25 jun. 2026.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 244p.

LAURINDO, K. R. **Vozes cotistas**: a história oral dos estudantes negros nas políticas de ações afirmativas em Biblioteconomia. 2025. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/377696b7-65a7-4243-bf52-d4c7b4ee0144>. Acesso em 25 jun. 2026.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, L. R. S.; CHAVES, I. T.; CAVATI SOBRINHO, H. Do desenvolvimento de coleções à formação de acervo afrocentrado: uma análise do sistema de bibliotecas universitárias da Universidade Federal do Ceará. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, n. especial, 2022. Trabalho apresentado no 2º Encontro Nacional de Bibliotecárias(os) Negras(os) e Antirracistas e no 1º Encontro Internacional de Bibliotecárias(os) Negras(os) e Antirracistas, 2021, Belo Horizonte. DOI: [10.35699/2237-6658.2022.39923](https://doi.org/10.35699/2237-6658.2022.39923). Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/197242>. Acesso em: 25 jun. 2026.

MATTOS, W. R. Ubuntu: por uma outra interpretação de ações afirmativas na universidade. In.: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 319-340.

MEIHY, J. C. S. B.; RIBEIRO, S. L. S. **Guia prático de história oral**: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2019.

NOGUEIRA, M. L. M. et al. O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del Rei, v. 12, n. 2, p. 466-485, mai./ago. 2017. Disponível em: https://www.seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/2454/1698. Acesso em: 25 jun. 2026.

PINTO, J. R. S.; MIGNOLO, W. D. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. **Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 381-402, jul./set. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/qqRR8D8df5RKQN9bLmQjFmn/abstract/?lang=pt>. Acesso em 25 jun. 2026.

REIS, D. S. Saberes encruzilhados: (de)colonialidade, racismo epistêmico e ensino de filosofia. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, p. 1-20, 2020. DOI: [10.15448/1984-7289.2015.3.20580](https://doi.org/10.15448/1984-7289.2015.3.20580). Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/75102/42552>. Acesso em: 25 jun. 2026.

RIBEIRO, M. A.; ALMEIDA JUNIOR, O. F. Mediação e apropriação da informação: o usuário da política de cotas para o acesso ao ensino superior. In.: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21, 2021, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: IBICT, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/192469>. Acesso em: 25 jun. 2026.

RUFINO, L. **Pedagogia das Encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SILVEIRA, F. J. N. Livros e bibliotecas em terras brasileiras. In.: SILVEIRA, F. J. N. **Biblioteca como lugar de práticas culturais**: uma discussão a partir dos currículos de Biblioteconomia no Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/ea7d759c-e67a-4561-ac16-0198dda0ccc5/content>. Acesso em: 25 jun. 2026.

SOUSA, A. S.; SILVA, M. F. Apagamento da memória negra: memoricídio e a destruição cultural dos saberes negros. In.: GARCÊS-DA-SILVA, F. C.; SILVA, L. K. R. (org.). **Bibliotecári@s negr@s**: ancestralidade, conhecimento negro e a luta pela justiça sócio-racial em ambientes informacionais. Salvador: UFBA, 2025. p. 37-49.

SPINDOLA, T.; SANTOS, R. S. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?). **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, n. 37, v. 2, p. 119-126, jun. 2003. DOI: [10.1590/S0080-62342003000200014](https://doi.org/10.1590/S0080-62342003000200014). Disponível em: https://www.scielo.br/j/reeusp/a/rvCVnHXs6RSXnK7vBgDGL5t/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 25 jun. 2026.

Sobre as autorias

Camila Evelin Roque

Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), atua como Bibliotecária-Documentalista na Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente, cursa o mestrado no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Relações Étnico-Raciais (PPRER) do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ), onde pesquisa a luta antirracista em bibliotecas universitárias. Tem interesse nas áreas de relações étnico-raciais, epistemicídio, bibliotecas universitárias, bibliotecas comunitárias e políticas públicas de ações afirmativas.

E-mail: camilaroque@id.uff.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3919131096862279>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-2546-4086>

Dyego de Oliveira Arruda

Doutor em Administração de Organizações pela Universidade de São Paulo (USP), atualmente é professor do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ), onde atua em cursos de graduação e no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Relações Étnico-Raciais (PPRER). Atua também como professor permanente (externo) do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em

Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Desenvolve pesquisas no campo das políticas públicas de ações afirmativas, com ênfase nas políticas de cotas e aspectos ligados à permanência e (re)existências de pessoas não-brancas em espaços institucionais. Tem especial interesse também nos debates sobre branquitude e poder nas instituições. É pesquisador Jovem Cientista do Nosso Estado (JCNE) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

E-mail: dyego.arruda@cefet-rj.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5222976964204691>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9514-284X>

Notas

Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) – Processo E-26/204.588/2025 (bolsa JCNE do coautor deste artigo)

Aprovação de Comitê de Ética em Pesquisa

Sim.

Artigo submetido em: 28 jun. 2026.

Aceito em: 14 set. 2026.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhalgual 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

UFCA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CARIRI

Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Mestrado Profissional em Biblioteconomia
Revista Folha de Rosto



✉ folhaderosto@ufca.edu.br

📷 [@revistafolhaderosto](https://www.instagram.com/revistafolhaderosto)

🐦 [@revfolhaderosto](https://twitter.com/revfolhaderosto)

Este periódico é uma publicação do [Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia](#) da [Universidade Federal do Cariri](#) em formato digital e periodicidade quadrimestral.